Por Jorge Wahl

Gerir os recursos de um plano na fase de acumulação é algo que se faz de um jeito; já na etapa da desacumulação de outro diferente. Pelo menos é assim que deveria acontecer, uma vez que as demandas de um e outro momento são diferentes. Dito assim, as diferenças parecem claras como de fato são, mas Antonio Carneiro Alves, Coordenador da Comissão Técnica (CT) Regional Leste-Sudeste de Investimentos e Diretor-Presidente da Prece, é um dos muitos especialistas que alertam para a falta de um maior aprofundamento nas discussões a respeito.

Quando o assunto aparece, nota Alves, costuma ser tratado sob o ângulo atuarial ou de modelagem de benefícios, não necessariamente em proveito da estratégia de alocação. Por pensar assim, ele pretende agora mesmo colocar a CT que coordena, com seus 25 integrantes e reuniões trimestrais, para analisar e discutir a questão para reunir conteúdos a serem apresentados no**47º Congresso Brasileiro de Previdência Privada – CBPP**, em outubro próximo. O assunto deverá ser pautado já para a próxima reunião da Comissão, de maneira a estimular uma reflexão mais estruturada sobre seus impactos para as entidades fechadas (EFPC).

A percepção compartilhada até o momento é de que as entidades precisam desenvolver frameworks de gestão que considerem explicitamente o estágio de maturidade dos planos na definição das estratégias de investimento. Isso envolve, entre outros aspectos, uma avaliação mais criteriosa dos prazos das alocações, das necessidades de liquidez para o pagamento de benefícios e do equilíbrio entre rentabilidade, risco e fluxo de caixa, de forma a garantir a sustentabilidade dos planos no longo prazo.

Antonio Alves analisa possíveis consequências para o futuro. Uma gestão mais atenta à fase de desacumulação tende a melhorar a previsibilidade dos fluxos de caixa das entidades e reduzir riscos de liquidez e permitir decisões de alocação mais adequadas ao perfil real de cada plano. No longo prazo, contribui para a sustentabilidade financeira e atuarial das EFPC, o que beneficia diretamente os participantes e assistidos.

A Prece apresentará o case “Prece: 30 anos em 3” no 47º CBPP, e Alves pretende abordar esse tema em sua apresentação. “Embora a discussão ainda esteja em estágio inicial, o congresso é o espaço natural para consolidar e ampliar reflexões que vêm ganhando relevância no setor.

A desacumulação e os desafios associados à maturidade dos planos têm potencial para gerar um debate rico entre dirigentes, gestores e especialistas”, diz o dirigente da Prece, observando ainda que “mais do que uma questão de investimentos, trata-se de um tema estratégico para a sustentabilidade das entidades e para a adequação das soluções oferecidas aos participantes ao longo de toda a sua jornada previdenciária. Por isso, considero importante aproveitar fóruns como o CBPP para compartilhar experiências, provocar reflexões e contribuir para a evolução das práticas do setor”.

Só não há dúvidas a seu ver quanto à importância da agenda em si, pelo contrário. Chama muito a atenção o fato de que ainda se fala pouco sobre a fase de desacumulação sob a ótica da gestão de investimentos. As discussões sobre carteiras costumam tratar o patrimônio de forma unificada, sem considerar as diferenças entre participantes que estão acumulando recursos e aqueles que já estão utilizando esse patrimônio acumulado para geração de renda. No entanto, adiciona Alves, “ essa distinção, embora pareça simples, traz implicações relevantes para a definição das estratégias de investimento, especialmente em relação à gestão de riscos, liquidez e horizonte de tempo “.

A passagem de uma fase a outra muda a lógica de gestão significativamente. Afinal, na etapa de acumulação o gestor pode alongar prazos e aceitar mais volatilidade, pois há tempo para recuperação e os recursos continuam entrando. Na desacumulação, é preciso garantir liquidez para

pagamento dos benefícios de aposentadorias e pensões, o que exige estratégias com horizontes mais curtos e maior controle de risco. Tratar as duas fases com a mesma abordagem pode gerar descasamentos e comprometer a capacidade de pagamento das entidades. É um diferencial técnico que merece atenção específica.

Ele aponta para quem isso é mais importante: “É relevante, sobretudo, para entidades com planos mais maduros, isto é, aquelas que já têm uma proporção expressiva de participantes em gozo de benefício em relação aos ativos. Mas o tema deve ser considerado preventivamente por todas as EFPC, já que a transição demográfica e o envelhecimento da carteira de participantes é uma realidade crescente no setor. Antecipar essa discussão é parte de uma boa governança atuarial e de investimentos”.

Carlos Salami, Secretário-Executivo do Colégio de Investimentos, aponta ainda um outro tipo de ameaça a ser enfrentada: nosso sistema é composto em sua maior parte, em termos patrimoniais, por planos de Benefício Definido (BD), mais antigos e maduros e consequentemente mais afetados pela demanda de liquidez para pagamento dos benefícios.

É algo que certamente impacta a gestão, por força do fluxo de caixa negativo e pede muita atenção até mesmo para não afetar a imagem pública do sistema, especialmente em momentos de mercado mais oscilante e difícil de lidar.

Aos gestores que não se preocupam com o assunto e não o colocam como tema merecedor de prioridade, Antonio Alves diz que “vale a pena fazer uma reflexão simples, mas fundamental: a estratégia de investimentos da entidade considera em que fase cada plano se encontra? Se a resposta for não, talvez seja o momento de revisitar essa questão”.

Fonte: Abrapp em Foco, em 26.06.2026.